

Marc Bloch

Apologia da História
ou O Ofício de Historiador

Edição anotada por Étienne Bloch

Prefácio:

Jacques Le Goff

Apresentação à edição brasileira:

Lilia Moritz Schwarcz

Tradução:

André Telles

Jorge Zahar Editor
Rio de Janeiro

Sumário

Título original:
*Apologie pour l'histoire,
ou Métier d'historien*

Tradução autorizada da edição francesa
publicada em 1997 por Armand Colin, de Paris, França

Copyright © 1993, 1997, Armand Colin

Copyright © 2002 da edição brasileira:

Jorge Zahar Editor Ltda.
rua México 31 sobreloja
20031-144 Rio de Janeiro, RJ
tel.: (21) 2240-0226 / fax: (21) 2262-5123
e-mail: jze@zahar.com.br
site: www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.

A reprodução não-autorizada desta publicação, no todo
ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Este livro, publicado no âmbito do programa de auxílio à publicação,
contou com o apoio do Ministério francês das Relações Exteriores,
da Embaixada da França no Brasil e da Maison française do Rio de Janeiro.

Capa: Sérgio Campante

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

B611a Bloch, Marc Leopold Benjamin, 1886-1944
Apologia da história, ou, O ofício de historia-
dor / Marc Bloch; prefácio, Jacques Le Goff; apre-
sentação à edição brasileira, Lilia Moritz Schwarcz;
tradução, André Telles. — Rio de Janeiro: Jorge
Zahar Ed., 2001

Tradução de: *Apologie pour l'histoire, ou,
Métier d'historien*
ISBN 85-7110-609-6

1. Bloch, Marc Leopold Benjamin, 1886-
1944. 2. Historiografia. I. Título. II. Título: O ofício
do historiador.

01-0834

CDD 907.2
CDU 930.2

Apresentação à edição brasileira, por Lilia Moritz Schwarcz	7
Prefácio, por Jacques Le Goff	15
<i>A Lucien Febvre, à guisa de dedicatória</i>	39
<i>Introdução</i>	41
<i>Capítulo I — A história, os homens e o tempo</i>	51
1. A escolha do historiador	51
2. A história e os homens	52
3. O tempo histórico	55
4. O ídolo das origens	56
5. Passado e “presente”	60
<i>Capítulo II — A observação histórica</i>	69
1. Características gerais da observação histórica	69
2. Os testemunhos	76
3. A transmissão dos testemunhos	82
<i>Capítulo III — A crítica</i>	89
1. Esboço de uma história do método crítico	89
2. Em busca da mentira e do erro	96
3. Tentativa de uma lógica do método crítico	109
<i>Capítulo IV — A análise histórica</i>	125
1. Julgar ou compreender?	125
2. Da diversidade dos fatos humanos à unidade de consciência	128
3. A nomenclatura	135
4. (Sem título)	147
<i>Capítulo V — (Sem título)</i>	155

perfeito triunfo. O bom trabalhador, disse, ou disse quase isso, Péguy, ama o trabalho e a semeadura assim como as colheitas¹⁰.

Convém que estas poucas palavras de introdução terminem com uma confissão pessoal. Toda ciência, tomada isoladamente, não significa senão um fragmento do universal movimento rumo ao conhecimento. [Já tive oportunidade, acima, de dar um exemplo disso:] para melhor entender e apreciar seus procedimentos de investigação, mesmo aparentemente os mais específicos, seria indispensável [saber] associá-los [, com uma característica perfeitamente segura,] ao conjunto das tendências que se manifestam, no mesmo momento, nas outras ordens de disciplina. Ora, esse estudo dos métodos em si mesmos constitui, à sua maneira, uma especialidade, da qual os técnicos se nomeiam filósofos. É um título ao qual não posso pretender. Em função dessa lacuna em minha formação inicial, o ensaio aqui apresentado sem dúvida perde muito: em precisão de linguagem como em amplitude de horizonte. Só posso apresentá-lo pelo que é: o memento de um artesão que sempre gostou de meditar sobre sua tarefa cotidiana, a caderneta de um colega que manejou por muito tempo a régua e o compasso, sem por isso se julgar matemático¹¹.

¹⁰ Aqui, na primeira redação, situa-se uma passagem deslocada com algumas modificações para o capítulo I na redação definitiva.

¹¹ Nota de Marc Bloch: "Talvez não seja inútil acrescentar ainda uma palavra de desculpas; as circunstâncias de minha vida atual, a impossibilidade em que me encontro de ter acesso a uma grande biblioteca, a perda de meus próprios livros fazem com que deva me fiar bastante em minhas notas e em minha memória. As leituras complementares, as verificações exigidas pelas próprias leis do ofício cujas práticas me proponho descrever permanecem para mim freqüentemente inacessíveis. Será que um dia poderei preencher essas lacunas? Nunca inteiramente, receio. Só posso, sobre isso, solicitar a indulgência, diria 'assumir a culpa' se isso não fosse assumir, mais do que seria legítimo, as culpas do destino."

Capítulo I

A história, os homens e o tempo

1. A escolha do historiador

A palavra história é uma palavra antiqüíssima: [tão antiga que às vezes nos cansamos dela. Raramente, é verdade, chegou-se a querer riscá-la completamente do vocabulário.] Os próprios sociólogos da era durkheimiana lhe dão espaço. Mas é para relegá-la a um singelo cantinho das ciências do homem: espécie de calabouço onde, reservando à sociologia tudo que lhes parece suscetível de análise racional, despejam os fatos humanos julgados ao mesmo tempo mais superficiais e mais fortuitos. Vamos preservar-lhe aqui, ao contrário, sua significação mais ampla. [O que não proíbe, antecipadamente, nenhuma orientação de pesquisa, deva ela voltar-se de preferência para o indivíduo ou para a sociedade, para a descrição das crises momentâneas ou a busca dos elementos mais duradouros; o que também não encerra em si mesmo nenhum credo; não diz respeito, segundo sua etimologia primordial, senão à "pesquisa".] Seguramente, desde que surgiu, já há mais de dois milênios, nos lábios dos homens, ela mudou muito de conteúdo. É a sorte, na linguagem, de todos os termos verdadeiramente vivos. Se as ciências tivessem, a cada uma de suas conquistas, que buscar por uma nova denominação para elas, que batismos e que perdas de tempo no reino das academias! Mesmo permanecendo pacificamente fiel a seu glorioso nome helênico, nossa história não será absolutamente, por isso, aquela que escrevia Hecateu de Mileto; assim como a física de lord Kelvin ou de Langevin não é a de Aristóteles.

[Qual é ela, então?

No começo deste livro, centrado em torno dos problemas reais da pesquisa, não haveria interesse algum em fazer uma longa e rigorosa definição. Que trabalhador sério já se embarçou com semelhantes artigos de fé¹²? A meticolosa precisão desses problemas não apenas deixa escapar o melhor de qualquer impulso

¹²]Quanto ao fundo, cada um estará de acordo que, falando do trabalho do historiador, não será inútil começar por fazer uma idéia algo precisa do objeto de seu trabalho. Mas será preciso que esse reconhecimento do terreno desemboque necessariamente numa definição em estilo de dicionário?]

intelectual: vejam o que há nisso de simples veleidades de impulso rumo a um saber ainda mal-determinado, de extensão potencial. O grande perigo deles está em não definir tão cuidadosamente senão para melhor delimitar. "Este tema", diz o guardião dos deuses palavras, "ou esta maneira de tratá-lo, eis provavelmente o que é capaz de seduzir. Mas toma cuidado, ó efebo: isso não é a história." Somos então um jurado dos tempos antigos para codificar as tarefas permitidas às pessoas do ofício e, provavelmente, uma vez a lista fechada, reservar seu exercício a nossos mestres patenteados? Os físicos e os químicos são mais esclarecidos, já que nenhum deles, que eu saiba, jamais foi visto polemizando sobre os direitos respectivos da física, da química, da química física ou — supondo que o termo exista — da física química.

Não deixa de ser menos verdade que, face à imensa e confusa realidade, o historiador é necessariamente levado a nela recortar o ponto de aplicação particular de suas ferramentas; em consequência, a nela fazer uma escolha que, muito claramente, não é a mesma que a do biólogo, por exemplo; que será propriamente uma escolha de historiador. Este é um autêntico problema de ação. Ele nos acompanhará ao longo de todo o nosso estudo².

2. A história e os homens

Diz-se algumas vezes: "A história é a ciência do passado." É [no meu modo de ver] falar errado³.

[Pois, em primeiro lugar,] a própria idéia de que o passado, enquanto tal, possa ser objeto de ciência é absurda. Como, sem uma decantação prévia, poderíamos fazer, de fenômenos que não têm outra característica comum a não ser não terem sido contemporâneos, matéria de um conhecimento racional? Será possível imaginar, em contrapartida, uma ciência total do Universo, em seu estado presente?

Sem dúvida, nas origens da historiografia, os velhos analistas não se constrangiam nem um pouco com tais escrúpulos. Narravam, desordenadamente, acontecimentos cujo único elo era terem se produzido mais ou menos no mesmo momento: os eclipses, as chuvas de granizo, a aparição de espantosos meteoros junto com batalhas, tratados, mortes dos heróis e dos reis. Mas nessa primeira memória

2 Todo esse desenvolvimento, em uma forma bem diferente, figurava na primeira redação ao final da Introdução. A passagem foi posteriormente reescrita e subsistem atualmente duas folhas manuscritas, numeradas I-1 e I-2, que serviram para a datilografia da redação definitiva.

3 [e duplamente. Deixemos, por ora, o que tem de factível o cisma, que se pretende decretar, entre o passado e o suposto presente.]

da humanidade, confusa como a percepção de um bebê, um esforço constante de análise pouco a pouco operou a classificação necessária. É verdade, a linguagem, essencialmente tradicionalista, conserva o nome de história para todo estudo de uma mudança na duração. O hábito não traz perigo, pois não engana ninguém. Há, nesse sentido, uma história do sistema solar, na medida em que os astros que o compõem nem sempre foram como os vemos. Ela é da alçada da astronomia. Há uma história das erupções vulcânicas que é, estou convencido disso, do mais vivo interesse para a física do globo. Ela não pertence à história dos historiadores.

Ou, pelo menos, não lhe pertence na medida em que, talvez, suas observações, por algum viés, se reuniram às preocupações específicas da história que nos diz respeito. Como estabelecer portanto, na prática, a divisão das tarefas? Sem dúvida, para apreender isso, um exemplo é melhor que muitos discursos.

No século X de nossa era, um golfo profundo, o Zwin, recortava a costa flamenga. Depois foi tomado pela areia. A que seção do conhecimento levar o estudo desse fenômeno? De imediato, todos designarão a geologia. Mecanismo de aluvionamento, papel das correntes marinhas, mudanças, talvez, no nível dos oceanos: não foi ela criada e posta no mundo para tratar de tudo isso? Certamente. Olhando de perto, porém, as coisas não são de modo algum assim tão simples.

Tratar-se-ia, em primeiro lugar, de escutar as origens da transformação? Eis o nosso geólogo já obrigado a se colocar questões que não são mais, estritamente, de sua alçada. Pois, sem dúvida, esse assoreamento foi, pelo menos, favorecido por construções de diques, desvios de canais, secas: diversos atos do homem, resultado de necessidades coletivas e que apenas uma certa estrutura social torna possíveis.

Na outra ponta da cadeia, novo problema: o das consequências. A pouca distância do fundo do golfo, uma cidade se erguia. Era Bruges. Comunicava-se com ele por um breve trajeto fluvial. Pelas águas do Zwin, ela recebia ou expedia a maior parte das mercadorias que faziam dela, guardadas todas as proporções, a Londres ou a Nova York de sua época. Vieram, cada dia mais sensíveis, os avanços da sedimentação. Bruges tentou em vão, à medida que a superfície inundada recuava, empurrar ainda mais seus portos avançados para a foz, e seus cais pouco a pouco adormeceram. Decerto essa não foi absolutamente, longe disso, a causa única de seu declínio. Age a física alguma vez sobre o social sem que sua ação seja preparada, ajudada ou permitida por outros fatores que não venham do homem? Mas, no ritmo das ondas causais, esta causa está pelo menos, não poderíamos duvidar disso, entre as mais eficazes.

Ora, a obra de uma sociedade que remodela, segundo suas necessidades, o solo em que vive é, todos intuem isso, um fato eminentemente "histórico". Assim como as vicissitudes de um poderoso núcleo de trocas. Através de um exemplo bem característico da topografia do saber, eis portanto, de um lado, um ponto de

sobreposição onde a aliança de duas disciplinas revela-se indispensável a qualquer tentativa de explicação; de outro, um ponto de passagem onde, depois de constatar um fenômeno e pôr seus efeitos na balança, este é, de certa maneira, definitivamente cedido por uma disciplina à outra. O que se produziu que parecera apelar imperiosamente à intervenção da história? Foi que o humano apareceu.

Há muito tempo, com efeito, nossos grandes precursores, Michelet, Fustel de Coulanges, nos ensinaram a reconhecer: o objeto da história é, por natureza, o homem⁴. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o plural, que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade. Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou as máquinas,] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça.

Do caráter da história como conhecimento dos homens decorre sua posição específica em relação ao problema da expressão. Será uma “ciência”? ou uma “arte”? Sobre isso nossos bisavós, por volta de 1800, gostavam de dissertar gravemente. Mais tarde, por volta dos anos 1890, banhados em uma atmosfera de positivismo um pouco rudimentar, pôde-se ver especialistas do método indignarem-se com que, nos trabalhos históricos, o público desse importância, para eles excessiva, ao que eles chamavam “forma”. [Arte contra ciência, forma contra fundo:] tantas polêmicas boas para devolver ao saco de processos da escolástica. Não há menos beleza numa equação exata do que numa frase correta. Mas cada ciência tem sua estética de linguagem, que lhe é própria. Os fatos humanos são, por essência, fenômenos muito delicados, entre os quais muitos escapam à medida matemática. Para bem traduzi-los, portanto para bem penetrá-los (pois será que se compreende alguma vez perfeitamente o que não se sabe dizer?), uma grande

4 Sem traír Marc Bloch, creio que podemos situar aqui a nota de rodapé por ele prevista: “Fustel de Coulanges, aula inaugural de 1862, na *Revue de Synthèse Historique*, t.II, 1901, p.243; Michelet, aula da École Normale, 1829, citado por G. Monod, t.I, p.127: ‘Ocupamo-nos ao mesmo tempo do estudo do homem individual, e isso será a filosofia, e do estudo do homem social, e isso será a história.’ Convém acrescentar que Fustel, mais tarde, disse isso numa fórmula mais sintética e carregada, cujo desenvolvimento que acabamos de ler não é senão, em suma, um comentário: ‘A história não é a acumulação dos acontecimentos, de qualquer natureza, que se tenham produzido no passado. Ela é a ciência das sociedades humanas.’ Mas isso talvez seja, veremos adiante, reduzir em excesso, na história, a parte do indivíduo; o homem em sociedade e as sociedades não são duas noções exatamente equivalentes.”

finesse de linguagem, [uma cor correta no tom verbal] são necessárias. Onde calcular é impossível, impõe-se sugerir. Entre a expressão das realidades do mundo físico e a das realidades do espírito humano, o contraste é, em suma, o mesmo que entre a tarefa do operário fresador e a do luthier: ambos trabalham no milímetro; mas o fresador usa instrumentos mecânicos de precisão; o luthier guia-se, antes de tudo, pela sensibilidade do ouvido e dos dedos. Não seria bom nem que o fresador se contentasse com o empirismo do luthier, nem que este pretendesse imitar o fresador. Será possível negar que haja, como o tato das mãos, um das palavras?

[3. O tempo histórico

“Ciência dos homens”, dissemos. É ainda vago demais. É preciso acrescentar: “dos homens, no tempo”. O historiador não apenas pensa “humano”. A atmosfera em que seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração. Decerto, dificilmente imagina-se que uma ciência, qualquer que seja, possa abstrair do tempo. Entretanto, para muitas dentre elas, que, por convenção, o desintegram em fragmentos artificialmente homogêneos, ele representa apenas uma medida. Realidade concreta e viva, submetida à irreversibilidade de seu impulso, o tempo da história, ao contrário, é o próprio plasma em que se engastam os fenômenos e como o lugar de sua inteligibilidade. O número dos segundos, anos ou séculos que um corpo radioativo exige para se transformar em outros corpos é, para a atomística, um dado fundamental. Mas que esta ou aquela dessas metamorfoses tenha ocorrido há mil anos, ontem ou hoje ou que deva se produzir amanhã, sem dúvida tal consideração interessaria ao geólogo, porque a geologia é, à sua maneira, uma disciplina histórica; ela deixa o físico frio como gelo. Nenhum historiador, em contrapartida, se contentará em constatar que César levou oito anos para conquistar a Gália e que foram necessários quinze anos a Lutero para que, do ortodoxo noviço de Erfurt, saísse o reformador de Wittenberg. Importa-lhe muito mais atribuir à conquista da Gália seu exato lugar cronológico nas vicissitudes das sociedades européias; e, sem absolutamente negar o que uma crise espiritual como a de irmão Martinho continha de eterno, só julgará ter prestado contas disso depois de ter fixado, com precisão, seu momento na curva dos destinos tanto do homem que foi seu herói como da civilização que teve como atmosfera.

Ora, esse tempo verdadeiro é, por natureza, um continuum. É também perpétua mudança. Da antítese desses dois atributos provêm os grandes problemas da pesquisa histórica. Acima de qualquer outro, aquele que questiona até a razão de ser de nossos trabalhos. Sejam dois períodos sucessivos, recortados na seqüência ininterrupta das eras. Em que medida — o vínculo que estabelece entre eles o

fluxo da duração prevalecendo ou não sobre a dessemelhança resultante dessa própria duração — devemos considerar o conhecimento do mais antigo como necessário ou supérfluo para a compreensão do mais recente?]

4. O ídolo das origens

[Nunca é mau começar por um *mea culpa*. Naturalmente cara a homens que fazem do passado seu principal tema de estudos de pesquisa, a explicação do mais próximo pelo mais distante dominou nossos estudos às vezes até à hipnose. Sob sua forma mais característica, esse ídolo da tribo dos historiadores tem um nome: é a obsessão das origens. No desenvolvimento do pensamento histórico, teve também seu momento particular de favor.]

Foi Renan, acho, quem escreveu um dia (cito de memória; portanto, receio, inexatamente): “Em todas as coisas humanas, as origens em primeiro lugar são dignas de estudo.” E Sainte-Beuve antes dele: “Espio e observo com⁵ curiosidade aquilo que começa.” A idéia é bem de sua época. A palavra origens também. Às “Origens do cristianismo⁶” corresponderam, um pouco mais tarde, aquelas da França contemporânea⁷. Sem contar os epígonos. Mas a palavra é preocupante, pois equívoca.

Significa simplesmente começo⁸? Isso seria quase claro. Com a ressalva, entretanto, de que, para a maioria das realidades históricas, a própria noção desse ponto inicial permanece singularmente fugaz⁹. Caso de definição, provavelmente. De uma definição que [, infelizmente,] esquece-se muito facilmente de fornecer.

Será que, ao contrário, por origens entende-se as causas? Então não haveria mais outras dificuldades a não ser aquelas que, constantemente e sem dúvida mais ainda nas ciências do homem, são por natureza inerentes às investigações causais.

Mas entre os dois sentidos freqüentemente se constitui uma contaminação tão temível que não é em geral muito claramente sentida. Para o vocabulário

5]interesse e[

6 Lucien Febvre sublinhou.

7 Lucien Febvre substituiu “aquelas” por “origens”, colocou entre aspas “origens da França contemporânea” e sublinhou.

8 Lucien Febvre colocou “começo” entre aspas.

9]De onde fazer partir o cristianismo? Da atmosfera sentimental em que se elaboraram, no mundo mediterrâneo ou iraniano, as religiões da salvação? De Jesus? De Paulo? Ou das gerações que vieram se fixar nas linhas essenciais do dogma?]

corrente, as origens são um começo que explica. Pior ainda: que basta para explicar. Aí mora a ambigüidade; aí mora o perigo.

Haveria outra pesquisa a fazer, das mais interessantes, sobre essa obsessão embriogênica, tão marcada em toda uma família de grandes espíritos. Como não raro acontece — nada sendo mais difícil do que estabelecer entre as diversas ordens de conhecimento uma exata simultaneidade —, as ciências do homem, aqui, se atraram em relação às ciências da natureza. Pois estas já se encontravam, por volta da metade do século XIX, dominadas pelo evolucionismo biológico, que supõe ao contrário um progressivo afastamento das formas ancestrais e explica isso, a cada etapa, pelas condições de vida ou de ambiente próprios ao momento. Este gosto apaixonado pelas origens, a filosofia francesa da história, de [Victor] Cousin a Renan, recebera, acima de tudo, do romantismo alemão. Ora, em seus primeiros passos, este fora contemporâneo de uma fisiologia bem anterior à nossa: a dos pré-reformistas que acreditavam encontrar, ora no esperma, ora no ovo, um resumo da idade adulta. Acrescentem a glorificação do primitivo. Ela havia sido familiar ao século XVIII francês. Porém, herdeiros desse tema, os pensadores da Alemanha romântica, antes de o retransmitir a nossos historiadores seus discípulos, o ornamentaram, por sua vez, com os prestígios de muitas seduções ideológicas novas. Que palavra nossa conseguirá um dia expressar a força desse famoso prefixo germânico *Ur: Urmensch, Urdichtung*? Tudo inclinava portanto essas gerações a atribuir, nas coisas humanas, uma importância extrema aos fatos do início.

Um outro elemento, entretanto, de natureza bem diferente, também exerceu sua ação. Na história religiosa, o estudo das origens assumiu espontaneamente um lugar preponderante, porque parecia fornecer um critério para o próprio valor das religiões. Designadamente¹⁰ da religião cristã. Bem sei: para alguns neocatólicos, entre os quais, de resto, mais de um não absolutamente católico, a moda atual é zombar dessas preocupações de exegeta. “Não compreendo sua emoção, declarava Barrès a um padre que perdera a fé. As discussões de um punhado de eruditos em torno de algumas palavras hebraicas, o que tem isso a ver com minha sensibilidade? Basta-me a ‘atmosfera das igrejas.’” E Maurras, por sua vez: “Que me importam evangelhos de quatro judeus obscuros?” (“Obscuros” quer dizer, imagino, plebeus; pois, em Mateus, Marcos, Lucas e João, parece difícil não reconhecer, pelo menos, uma certa notoriedade literária.) Esses engraçadinhos ficam tentando nos convencer e nem Pascal nem Bossuet teriam certamente falado assim. Sem dúvida pode-se conceber uma experiência religiosa que nada deva à história. Ao puro deísta, basta uma iluminação interior para crer em Deus. Não para crer no Deus

10]do valor[

dos cristãos. Pois o cristianismo [, já mencionei isso,] é, por essência, uma religião histórica: vejam bem, cujos dogmas primordiais se baseiam em acontecimentos. Releiam seu Credo: “Creio em Jesus Cristo ... que foi crucificado sob Pôncio Pilatos ... e ressuscitou dentre os mortos no 3º dia.” Também nesse caso os primórdios da fé são seus fundamentos.

Ora, por um contágio sem dúvida inevitável, essas preocupações que, em uma certa forma de análise religiosa, podiam ter sua razão de ser, estenderam-se a outros campos de pesquisa, onde sua legitimidade era muito mais contestável. Aí também uma história, centrada sobre os nascimentos, foi colocada a serviço da apreciação dos valores. Ao escutar as “origens” da França de sua época, o que propunha Taine senão denunciar o erro de uma política oriunda, a seu ver, de uma falsa filosofia do homem? Quer se trate das invasões germânicas ou da conquista normanda [da Inglaterra], o passado só foi empregado tão ativamente para explicar o presente no desígnio do melhor justificar ou condenar. De modo que em muitos casos o demônio das origens foi talvez apenas um avatar desse outro satânico inimigo da verdadeira história: a mania do julgamento.

Voltemos todavia aos estudos cristãos. Uma coisa é, para a inquieta consciência que busca uma regra para si, fixar sua atitude em relação à religião católica, tal como é definida cotidianamente; outra coisa é, para o historiador, explicar o catolicismo do presente como um fato de observação. Indispensável, é claro, a uma correta percepção dos fenômenos religiosos atuais, o conhecimento de seus primórdios não basta para explicá-los. A fim de simplificar o problema, chegamos a renunciar a nos perguntar até que ponto, sob um nome que não mudou, a fé, em sua substância, permaneceu realmente imutável. Por mais intacta que suponhamos uma tradição, faltará sempre apresentar as razões de sua manutenção. Razões humanas, é claro; a hipótese de uma ação providencial escaparia à ciência. A questão, em suma, não é mais saber se Jesus foi crucificado, depois ressuscitado. O que agora se trata de compreender é como é possível que tantos homens ao nosso redor creiam na Crucificação e na Ressurreição. Ora, a fidelidade a uma crença é apenas, com toda evidência, um dos aspectos da vida geral do grupo no qual essa característica se manifesta. Ela se situa no nó onde se misturam um punhado de traços convergentes, seja de estrutura social, seja de mentalidade. Ela coloca, em suma, todo um problema de clima humano. O carvalho nasce da glândula. Mas carvalho se torna e permanece apenas ao encontrar condições de ambiente favoráveis, as quais não resultam da embriologia.

A história religiosa foi citada aqui apenas a título de exemplo. A qualquer atividade humana que seu estudo se associe, o mesmo erro sempre espregueite o intérprete: confundir uma filiação com uma explicação.

Essa já era, em suma, a ilusão dos antigos etimologistas que pensavam ter dito tudo quando, sob o olhar do sentido atual, apresentavam o mais antigo sentido

conhecido; quando haviam provado, imagino, que “bureau” designou, primitivamente, um pano ou “timbre” um tambor. Como se não fosse mais necessário explicar esse deslizamento. Como se, sobretudo, o papel de uma palavra, na língua, não fosse, assim como seu próprio passado, comandado pelo estado contemporâneo do vocabulário: reflexo, por sua vez, do estado social do momento. “Bureaux”, em “bureaux do ministério”, supõe uma burocracia. Quando peço “timbres”* no guichê do correio, o emprego que assim faço do termo exigiu, para se estabelecer, junto com a organização lentamente elaborada de um serviço postal, a transformação técnica, que, para grande benefício das trocas entre pensamentos, substituiu a impressão de um lacre pela aposição de uma etiqueta gomada. Ele tornou-se possível apenas porque, especializadas por ofícios, as diferentes acepções da velha palavra se distanciaram demais hoje em dia uma da outra para deixar subsistir o menor risco de confusão entre o timbre de minha carta e aquele, por exemplo, de cuja pureza o luthier se gaba em seus instrumentos.

“Origens do regime feudal”, diz-se. Onde buscá-las? Alguns responderam “em Roma”. Outros “na Germânia”. As razões dessas miragens são evidentes. Aqui e ali, certos costumes com efeito existiam — relações de clientela, companheirismo guerreiro, papel da *tenure*** como salário dos serviços — a que as gerações posteriores, contemporâneas, na Europa, das épocas ditas feudais, deviam dar seqüência. Não, aliás, sem modificá-los muito. Das duas partes, sobretudo, eram empregadas palavras — tais como “benefício” (*beneficium*) para os latinos, “feudo” para os germanos — das quais essas gerações persistirão em se servir, ainda que lhes conferindo, sem se dar conta, um conteúdo quase inteiramente novo. Pois, para grande desespero dos historiadores, os homens não têm o hábito, a cada vez que mudam de costumes, de mudar de vocabulário. Estas são, certamente, constatações interessantíssimas. Podemos crer que esgotam o problema das causas? O feudalismo europeu, em suas instituições características, não foi um arcaico tecido de sobrevivências. Durante certa fase de nosso passado, ele nasceu de todo um clima social.

O sr. Seignobos disse em algum lugar: “Creio que as idéias revolucionárias do século XVIII ... provêm das idéias inglesas do XVII.” Queria ele dizer com isso que, tendo lido certos escritos ingleses do século precedente ou sofrido indiretamente sua influência, os publicistas franceses da idade das Luzes adotaram seus princípios políticos? Podemos lhe dar razão. Supondo ao menos que nossos filósofos, por sua vez, nada tenham despejado de original nas fórmulas estrangeiras como

* “Selo” em francês. (N.T.)

** *Tenure*: terra cedida como pagamento de serviços, porém apenas para uso. O concedente retinha os direitos de propriedade. (N.T.)

substância intelectual ou como tonalidade de sentimento. Mas, mesmo assim reduzida, não sem muita arbitrariedade, a um empréstimo, a história desse movimento de pensamento está longe de ser¹¹ esclarecida. Pois sempre restará o problema de saber por que a transmissão se operou na data indicada: nem mais cedo, nem mais tarde. Um contágio supõe duas coisas: gerações de micróbios e, no momento em que a doença se instala, um “terreno”.

Em suma, nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento. Isso é verdade para todas as etapas da evolução. Tanto daquela em que vivemos como das outras¹². O provérbio árabe disse antes de nós: “Os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais.” Por não ter meditado essa sabedoria oriental, o estudo do passado às vezes caiu em descrédito.

5. Passado e presente

[Nos antípodas dos exploradores de origens, situam-se os devotos do imediato. Montesquieu, em uma de suas obras de juventude, fala dessa “cadeia infinita das causas que se multiplicam e combinam de século em século”. A crer em certos escritores, a cadeia, em sua extremidade mais próxima de nós, estaria aparentemente bem tênue. Pois eles concebem o conhecimento do que chamam presente como quase absolutamente desligado do passado. A idéia espalhou-se demais para não merecer que busquemos dissecar seus elementos.]

[Convém, primeiramente, observar:] tomada ao pé da letra, ela seria, propriamente, impensável¹³. O que é, com efeito, o presente? No infinito da duração, um ponto minúsculo e que foge incessantemente; um instante que mal nasce morre. Mal falei, mal agi e minhas palavras e meus atos naufragam no reino de Memória. São palavras, ao mesmo tempo banais e profundas, do jovem Goethe: não existe presente, apenas um devir, *nichts gegenwärtig, alles vorübergehend*. Condenada a uma eterna transfiguração, uma pretensa ciência do presente se metamorfosearia, a cada momento de seu ser, em ciência do passado.

Já sei: será denunciada¹⁴ como sofismo. Na linguagem corrente, “presente” quer dizer passado recente. Aceitemos [portanto] de agora em diante, sem hesitação, esse emprego um pouco frouxo da palavra. Não que isso não levante, por sua

11]completamente[

12 Lucien Febvre, creio (a rasura não me parece da mão de meu pai), riscou essas duas últimas frases, que figuram no entanto na edição precedente.

13 Este §, assim como os dois seguintes e uma parte do terceiro (até: “ardentes contatos”) foram deslocados. A passagem originalmente encontrava-se no 2º § do capítulo I.

14]aqui[

vez, sérias dificuldades. A noção de proximidade não apenas falta precisão — de quantos anos se trata? — como ela também nos coloca em presença do mais efêmero dos atributos. Embora o momento atual, no sentido estrito do termo, não seja senão uma perpétua evanescência, a fronteira entre o presente e o passado não se desloca por isso num movimento menos constante. O regime da moeda estável e do padrão-ouro, que, ontem, figurava em todos os manuais de economia política, como a própria norma da atualidade, ainda será presente para o economista de hoje? Ou é a história, que já cheira um pouco a mofo? Por trás desses paralogismos, no entanto, é fácil descobrir um leque de idéias menos inconsistentes, cuja simplicidade, pelo menos aparentemente, seduziu certos espíritos.

Acredita-se poder colocar à parte uma fase de pouca extensão no vasto escoamento do tempo. Relativamente pouco distante para nós, em seu ponto de partida, ela abarca, em seu desfecho, os próprios dias em que vivemos. Nela, nada, nem as características mais marcantes do estado social ou político, nem o aparato material, nem a tonalidade genérica da civilização, nela nada apresenta, ao que parece, diferenças profundas com o mundo onde temos nossos hábitos. Ela parece, em suma, afetada, em relação a nós, por um coeficiente muito forte de “contemporaneidade”. Daí a honra ou a tara de não ser confundida com o restante do passado. “A partir de 1830, já não é mais história”, dizia-nos um de nossos professores de liceu, que era [muito] velho quando eu era muito jovem: “é política”. Não diríamos mais hoje “a partir de 1830” — as Três Gloriosas, por sua vez, envelheceram — nem “é política”. Antes, num tom respeitoso: “é sociologia”; ou, com menos consideração, “jornalismo”. Muitos porém repetiriam de bom grado: a partir de 1914 ou 1940, não é mais história. Sem, aliás, entenderem-se muito bem sobre os motivos desse ostracismo¹⁵.

Alguns¹⁶, estimando que os fatos mais próximos a nós são, por isso mesmo, rebeldes a qualquer estudo verdadeiramente sereno, desejavam simplesmente poupar à casta Clio contatos demasiado ardentes¹⁷. [Assim pensava, imagino, meu velho professor. Isso é, certamente, atribuir-nos um fraco domínio dos nervos. É também esquecer que, a partir do momento em que entram em jogo as ressonâncias sentimentais, o limite entre o atual e o inatual está longe de se ajustar necessariamente pela média matemática de um intervalo de tempo.] Estava tão errado meu bravo diretor do liceu languedociano onde empunhei minhas primeiras armas¹⁸, que advertia-me, com sua voz grossa de capitão de ensino: “Aqui, o século

15 Na primeira versão, a quebra do § encontrava-se antes dessa frase, que no início do § seguinte começava por: “Sem, aliás, concordarem muito bem”.

16]— entre os quais se teria colocado evidentemente meu velho professor —[

17 O início desse § assim como os dois precedentes, na primeira versão, situavam-se na segunda divisão do capítulo I.

18]de professor[

XIX, não é muito perigoso¹⁹; quando chegares nas guerras de Religião, sê prudente.” Na verdade, quem, uma vez diante de sua mesa de trabalho, não tiver a força de poupar seu cérebro do vírus do momento será bem capaz de destilar suas toxinas até num comentário sobre a *Iliada* ou o *Ramayana*.

Outros cientistas, ao contrário, acham com razão o presente humano perfeitamente suscetível de conhecimento científico. Mas é para reservar seu estudo a disciplinas bem distintas daquela que tem o passado como objeto. Eles analisam: por exemplo, pretendem compreender a economia contemporânea com a ajuda de observações limitadas, no tempo, a algumas décadas. Em suma, consideram a época em que vivem como separada das que a precederam por contrastes vivos demais para trazer em si mesma sua própria explicação. Esta é também a atitude instintiva de muitos curiosos simplistas. A história dos períodos um pouco distantes só os seduz como um inofensivo luxo do espírito. De um lado, um punhado de antiquários, ocupados, por macabra dileção, em desenfaixar os deuses mortos; do outro, sociólogos, economistas, publicistas — os únicos exploradores do vivo...

O curioso é que a idéia desse cisma surgiu bem recentemente²⁰. Os velhos historiadores gregos, um Heródoto, um Tucídides, mais próximos de nós, os verdadeiros mestres de nossos estudos, os ancestrais cujas imagens merecerão eternamente figurar na *cella* da corporação, jamais imaginaram que, para explicar a tarde, bastasse conhecer, no máximo, a manhã²¹. “Aquele que quiser se circunscrever ao presente, ao atual, não compreenderá o atual”, escrevia²² Michelet, no início desse belo livro sobre *O povo*, ainda que sentindo os frêmitos, contudo, das febres do século. E Leibniz já colocava, entre os benefícios que esperava da história, “as origens das coisas presentes encontradas nas coisas passadas”; pois, acrescentava, “uma realidade nunca é compreendida melhor do que por suas causas”.

Mas desde Leibniz, desde Michelet, um grande fato se produziu: as revoluções sucessivas das técnicas ampliaram desmedidamente o intervalo psicológico entre as gerações. Não sem [alguma] razão, talvez o homem da era da eletricidade e do avião se sinta bem longe de seus ancestrais. De bom grado ele conclui disso, mais imprudentemente, que deixou de por eles ser determinado. Acrescentem o estilo modernista inato a qualquer mentalidade de engenheiro. Para fazer funcionar ou reparar um dínamo, será necessário ter dominado as idéias do velho Volta sobre o galvanismo? Por uma analogia, sem dúvida capenga mas que se impõe esponta-

19]mas[

20 As duas primeiras frases desse §, sob uma forma bem diferente, encontravam-se, na primeira redação, antes da passagem sobre a natureza do presente.

21 Lucien Febvre preferiu, a essa frase, a da primeira redação: “No entanto, para não explicar ... se colocar.”

22], no século passado,[

neamente a mais de uma inteligência submetida à máquina, vão pensar do mesmo modo que, para compreender os grandes problemas humanos do momento e tentar resolvê-los, de nada serve ter analisado seus antecedentes. Tragados eles também, sem muito se dar conta, por essa atmosfera mecanicista, certos historiadores fazem coro: “Como explicação do presente, a história se reduziria quase ao estudo do período contemporâneo.” Assim não temiam escrever, em 1899, dois dentre eles.

[Olhando de perto,] o privilégio de auto-inteligibilidade assim reconhecido no presente apóia-se numa série de estranhos postulados.

Supõe em primeiro lugar que as condições humanas sofreram, no intervalo de uma ou duas gerações, uma mudança não apenas muito rápida, mas também total: de modo que nenhuma instituição um pouco antiga, nenhuma maneira de se conduzir tradicional, teria escapado às revoluções do laboratório ou da fábrica. Isso é esquecer a força da inércia própria a tantas criações sociais. O homem passa seu tempo a montar mecanismos dos quais permanece em seguida prisioneiro mais ou menos voluntário. Que observador percorrendo nossos campos do Norte não ficou admirado com o estranho desenho das paisagens? A despeito das atenuações que as vicissitudes da propriedade, ao longo das épocas, trouxeram ao esquema primitivo, o espetáculo dessas faixas que, exageradamente estreitas e compridas, cortam o solo arável em um número prodigioso de frações conserva ainda hoje com o que confundir o agrônomo. O desperdício de esforços que acarreta semelhante disposição e os incômodos que impõe aos exploradores não são nada contestáveis. Como explicá-lo? Pelo Código Civil e seus inevitáveis efeitos, responderam publicistas apressados demais. Modifiquem então, acrescentavam, nossas leis sobre a herança e suprimirão todo o mal. Se conhecessem melhor a história, se tivessem também melhor interrogado uma mentalidade camponesa formada por séculos de empirismo, teriam julgado o remédio menos fácil. De fato, essa armadura remonta a origens tão recuadas que nem um cientista, até aqui, conseguiu relatar isso satisfatoriamente;²³ os decifreadores da era dos dólmens provavelmente têm mais responsabilidade quanto a isso do que os legistas do Primeiro Império²⁴. Ao se prolongar aqui o erro sobre a causa, como acontece quase necessariamente na ausência de terapêutica, a ignorância do passado não se limita a prejudicar a compreensão do presente; compromete, no presente, a própria ação.

Tem mais. Para que uma sociedade, qualquer que fosse, pudesse ser inteiramente determinada pelo momento logo anterior àquele que vive, não lhe bastaria

23]e[

24]Ela não deixa de continuar a comandar a via de muitas de nossas comunidades rurais.[

uma estrutura tão perfeitamente adaptável à mudança que ficaria efetivamente desossada. Seria preciso ainda que as trocas entre as gerações operassem apenas, se ousou dizer, em fila indiana, as crianças só tendo contatos com seus ancestrais por intermédio dos pais²⁵.

Ora, isso não é verdade, inclusive em relação a comunicações puramente orais²⁶. [Vejam, por exemplo, nossas aldeias.] Pelo fato de as condições do trabalho manterem ali, praticamente o dia inteiro, o pai e a mãe afastados dos filhos pequenos, estes são educados sobretudo pelos avós. A cada nova formação do espírito, portanto, dá-se um passo atrás que, por cima da geração [eminentemente] portadora de mudanças, liga os cérebros mais maleáveis aos mais cristalizados: [Daí, acima de tudo, não duvidemos disso, o tradicionalismo inerente a tantas sociedades camponesas. O caso é particularmente claro. E não é único. Exercendo-se o antagonismo natural aos grupos de idade, principalmente, entre grupos limítrofes, mais de uma juventude deveu às aulas dos anciãos pelo menos tanto quanto àquela dos homens maduros.]

Com mais forte razão, o escrito facilita imensamente [entre gerações às vezes muito afastadas,] essas transferências de pensamento que fazem, propriamente, a continuidade de uma civilização. Lutero, Calvino, Loyola: homens de outrora, sem dúvida, homens do século XVI, os quais o historiador, ocupado em compreender e fazer compreender, terá como primeiro dever recolocar em seu meio, banhados pela atmosfera mental de seu tempo, face a problemas de consciência que já não são exatamente os nossos. Ousar-se-á entretanto dizer que para correta compreensão do mundo atual a compreensão da Reforma protestante ou da Reforma católica, afastadas de nós por um intervalo várias vezes centenário, não tem mais importância [do que muitos outros movimentos de idéia ou de sensibilidade, mais próximos, seguramente, no tempo, porém mais efêmeros?]

O erro, em suma, é claro e, sem dúvida, para destruí-lo, basta formulá-lo. Representa-se a corrente da evolução humana como formada por uma série de breves e profundos sobressaltos, dos quais cada um não duraria senão o espaço de algumas vidas. A observação prova, ao contrário, que nesse imenso continuum os grandes abalos são perfeitamente capazes de propagar desde as moléculas mais longínquas até as mais próximas²⁷. O que diríamos de um físico que, contentando-se em enumerar os miriâmetros, estimasse a ação da Lua sobre nosso globo

25 Todo esse § foi reescrito.

26]Observei em outro lugar; a principal razão do espírito tradicionalista inato a quase todas as sociedades rurais é sem dúvida que as condições de trabalho...]

27]: que por conseguinte, para retomar a expressão de Michelet, o "atual" não é jamais completamente explicável senão pelo remoto; negá-lo equivaleria a cair num erro análogo ao do físico.]

bem mais considerável do que a do Sol? [Não mais na duração do que no céu, a eficácia de uma força não se mede exatamente por sua distância.]

Entre as coisas passadas, enfim, aquelas mesmas — crenças desaparecidas sem deixar o menor traço, formas sociais abortadas, técnicas mortas — que, parece, deixaram de comandar o presente, vamos considerá-las, por esse motivo, inúteis à sua compreensão? Seria esquecer que não existe conhecimento verdadeiro sem uma certa escala de comparação. Sob a condição, é verdade, de que a aproximação diga respeito a realidades ao mesmo tempo diversas e não obstante aparentadas. Não se negará absolutamente que não seja este o caso aqui. Decerto não estimamos mais hoje em dia que, como escrevia Maquiavel, como pensavam Hume ou Bonald, haja no tempo "pelo menos algo de imutável: é o homem". Aprendemos que o homem também mudou muito: em seu espírito e, sem dúvida, até nos mais delicados mecanismos de seu corpo. Como poderia ser de outro modo? Sua alimentação, não menos. É preciso, claro, no entanto, que exista, na natureza humana e nas sociedades humanas, um fundo permanente, sem o que os próprios nomes de homem e de sociedade nada iriam querer dizer. Portanto, acreditamos compreender estes homens estudando-os apenas em suas reações diante das circunstâncias particulares de um momento? Mesmo para o que eles são nesse momento, a experiência será insuficiente. Muitas virtualidades provisoriamente pouco aparentes, mas que, a cada instante, podem despertar, muitos motores, mais ou menos inconscientes, das atitudes individuais ou coletivas permanecerão na sombra. Uma experiência única é sempre impotente para discriminar seus próprios fatores: por conseguinte, para fornecer sua própria interpretação²⁸.

[Do mesmo modo, essa solidariedade das épocas tem tanta força que entre elas os vínculos de inteligibilidade são verdadeiramente de sentido duplo. A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente.] Já contei em outro lugar o episódio: eu estava acompanhando, em Estocolmo, Henri Pirenne. Mal chegamos, ele me diz: "O que vamos ver primeiro? Parece que há uma prefeitura nova em folha. Começemos por ela." Depois, como se quisesse prevenir um espanto, acrescentou: "Se eu fosse antiquário, só teria olhos para as coisas velhas."²⁹ Mas sou um historiador. É por isso que amo a vida." Essa faculdade

28 Pode-se considerar que esse novo § substitui uma passagem bem mais curta da primeira redação: "O presente e o passado se interpenetram. A tal ponto que seus elos, quanto à prática do ofício de historiador, são de sentido duplo. Se, para quem quer compreender mesmo o presente, a ignorância do passado deve ser funesta, a recíproca — embora não se esteja sempre tão nitidamente alertado — não é menos verdadeira."

29]Mas não sou um antiquário.]

de apreensão do que é vivo, eis justamente, com efeito, a qualidade mestra do historiador. Não nos deixemos enganar por certa frieza de estilo³⁰, os maiores entre nós a possuíram todos.³¹ Fustel ou Maitland à sua maneira, que era mais austero, não menos que Michelet. E talvez ela seja, em seu princípio, um dom das fadas, que ninguém pode pretender adquirir, se não o trouxe do berço. Nem por isso ela deixa de precisar ser constantemente exercitada e desenvolvida. Como, senão, assim como o próprio Pirenne, por um contato perpétuo com o hoje?

Pois o frêmito da vida humana, que exige um duríssimo esforço de imaginação para ser restituído aos velhos textos, é [aqui] diretamente perceptível a nossos sentidos³². Li muitas vezes, narrei freqüentemente, relatos de guerras e de batalhas. Conhecia eu verdadeiramente, no sentido pleno do verbo conhecer, conhecia por dentro, antes de ter eu mesmo experimentado a atroz náusea, o que são, para um exército, o cerco, para um povo, a derrota? Antes de ter eu mesmo, durante o verão e o outono de 1918, respirado a alegria da vitória — na expectativa, e decerto espero, de com ela encher uma segunda vez meus pulmões, mas o perfume, ai de mim, não será mais completamente o mesmo —, sabia eu verdadeiramente o que encerra essa bela palavra? Na verdade, conscientemente ou não, é sempre a nossas experiências cotidianas que, para nuançá-las onde se deve, atribuímos matizes novos, em última análise os elementos, que nos servem para reconstituir³³ o passado: os próprios nomes que usamos a fim de caracterizar os estados de alma desaparecidos, as formas sociais evanescidas, que sentido teriam para nós se não houvéssimos antes visto homens viverem? Vale mais [cem vezes] substituir essa impregnação instintiva por uma observação voluntária e controlada. Um grande matemático não será menos grande, suponho, por haver atravessado de olhos fechados o mundo onde vive. Mas o erudito que não tem o gosto de olhar a seu redor nem os homens, nem as coisas, nem os acontecimentos, [ele] merecerá talvez, como dizia Pirenne, o título de um útil antiquário. E agirá sensatamente renunciando ao de historiador.

Além de tudo, a educação da sensibilidade histórica nem sempre está sozinha em questão. Ocorre de, em uma linha³⁴ dada, o conhecimento do presente ser diretamente ainda mais importante para a compreensão do passado.

Com efeito, seria um erro grave acreditar que a ordem adotada pelos historiadores em suas investigações deva necessariamente modelar-se por aquela dos acontecimentos. Livres para em seguida restituir à história seu movimento verda-

30 |verdadeiro[

31 |sob formas diversas[

32 |e nosso espírito[

33 |, e imaginar[

34 |de estudos[

deiro, eles freqüentemente têm proveito em começar por lê-la, como dizia Maitland, “às avessas”³⁵. Pois a *démarche* natural de qualquer pesquisa é ir do mais ou do menos mal conhecido ao mais obscuro³⁶. Sem dúvida, falta, e muito, para que a luz dos documentos se faça regularmente mais viva à medida que percorremos o fio das eras. Somos incomparavelmente menos informados sobre o século X de nossa era, por exemplo, do que sobre a época de César ou de Augusto. Na maioria dos casos, os períodos mais próximos não coincidem menos nesse aspecto com as zonas de clareza relativa. Acrescentem que, ao proceder, mecanicamente, de trás para frente, corre-se sempre o risco de perder tempo na busca das origens ou das causas de fenômenos que, à luz da experiência, irão revelar-se, talvez, imaginários. Por ter se omitido de praticar, ali onde se impunha, um método prudentemente regressivo, os mais ilustres dentre nós às vezes se entregaram a estranhos erros. Fustel de Coulanges debruçou-se sobre as “origens” de instituições feudais das quais não formava, receio, senão uma imagem confusíssima e [sobre as premissas] de uma servidão que, mal-instruído por descrições de segunda mão, concebia sob cores absolutamente falsas.

Ora, sem dúvida menos excepcionalmente do que se pensa, acontece de, a fim de atingir o dia, ser preciso prosseguir até o presente. Em certas de suas características fundamentais, nossa paisagem rural, já o sabemos, data de épocas extremamente remotas. Mas, para interpretar os raros documentos que nos permitem penetrar nessa brumosa gênese, para formular corretamente os problemas, para até mesmo fazer uma idéia deles, uma primeira condição teve que ser cumprida: observar, analisar a paisagem de hoje. Pois apenas ela dá as perspectivas de conjunto de que era indispensável partir. Não, decerto, que se trate — tendo imobilizado, de uma vez por todas, essa imagem — de impô-la, tal qual, a cada etapa do passado sucessivamente encontrado, da montante à jusante. Aqui como em todo lugar, essa é uma mudança que o historiador quer captar. Mas, no filme por ele considerado, apenas a última película está intacta. Para reconstituir os vestígios quebrados das outras, tem obrigação de, antes, desenrolar a bobina no sentido inverso das seqüências.

[Portanto, não há senão uma ciência dos homens no tempo e que incessantemente tem necessidade de unir o estudo dos mortos ao dos vivos. Como chamá-lo? Já disse por que o antigo nome de história me parece o mais compreensivo, o menos exclusivo, o menos carregado também das comoventes lembranças de um esforço

35 |a partir do mais recente para chegar ao mais remoto[

36 |, de habituar — para falar como Maitland — os olhos ao crepúsculo antes de mergulhar na noite.[

muito mais que secular; portanto, o melhor. Propondo assim estendê-lo, contrariamente a certos preconceitos, aliás muito menos velhos do que ela, até o conhecimento do presente, não buscamos — será preciso defender-nos? — nenhuma reivindicação corporativa. A vida é muito breve, os conhecimentos a adquirir muito longos para permitir, até para o mais belo gênio, uma experiência total da humanidade. O mundo atual terá sempre seus especialistas, como a idade da pedra ou a egiptologia. A ambos pede-se simplesmente para se lembrarem de que as investigações históricas não sofrem de autarquia. Isolado, nenhum deles jamais compreenderá nada senão pela metade, mesmo em seu próprio campo de estudos; e a única história verdadeira, que só pode ser feita através de ajuda mútua, é a história universal.]

Uma ciência, entretanto, não se define apenas por seu objeto. Seus limites podem ser fixados, também, pela natureza própria de seus métodos. Resta portanto nos perguntarmos se, segundo nos aproximemos ou afastemos do momento presente, as próprias técnicas da investigação não deveriam ser tidas por essencialmente diferentes. Isto é colocar o problema da observação histórica.

Capítulo II

A observação histórica

1. [Características gerais da observação histórica]

[Situemo-nos resolutamente, para começar, no estudo do passado.]

As características mais visíveis da informação histórica [, entendida no sentido restrito e usual do termo,] foram muitas vezes descritas. O historiador, por definição, está na impossibilidade de ele próprio constatar os fatos que estuda. Nenhum egiptólogo viu Ramsés; nenhum especialista das guerras napoleônicas ouviu o canhão de Austerlitz. Das eras que nos precederam, só poderíamos [portanto] falar segundo testemunhas. Estamos, a esse respeito, na situação do investigador que se esforça para reconstruir um crime ao qual não assistiu; do físico, que, retido no quarto pela gripe, só conhecesse os resultados de suas experiências graças aos relatórios de um funcionário de laboratório. Em suma, em contraste com o conhecimento do presente, o do passado seria necessariamente “indireto”.

Que haja nessas observações uma¹ parte de verdade, ninguém pensará em negá-lo. Elas exigem, no entanto, serem sensivelmente nuançadas.

Um comandante de exército, suponhamos, acaba de obter uma vitória. Imediatamente, começa, de punho próprio, a escrever seu relato. Concebeu o plano de batalha. Dirigiu-a. Graças à medíocre extensão do terreno [(pois, decididos a colocar todos os ornatos em nosso jogo, imaginamos um confronto dos tempos antigos, concentrado num espaço pequeno)], ele pôde ver a refrega quase toda se desenrolar sob seus olhos. Entretanto, não duvidemos: sobre mais de um episódio essencial lhe será forçoso referir-se aos relatórios de seus tenentes². [No que, aliás, ele só fará se conformar, transformado em narrador, ao próprio comportamento que teve, algumas horas mais cedo na ação. Para coordenar a cada momento os movimentos de suas tropas nas vicissitudes do combate, de que informações terá melhor se servido: das imagens mais ou menos confusamente entrevistadas através de seu binóculo ou dos relatos que traziam, rédeas soltas, estafetas ou ajudantes de

¹ [grande]

²], por sua vez, numa larga medida, estabelecid(a)os com a ajuda de informações expedidas por subalternos.].